

T8 – As principais inovações dos programas de apoio à agricultura familiar: PAA (Aquisição de Alimentos) e PNAE (Alimentação Escolar)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 como parte das ações referentes ao “Fome Zero”, em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, prevê a compra de alimentos advindos da agricultura familiar e sua posterior doação para instituições socioassistenciais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. O PAA é gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que estabelece contratos de fornecimentos de alimentos com organizações de agricultores familiares. Podem participar do PAA os potenciais beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): assim, é exigido a “Declaração de Aptidão ao PRONAF” (DAP), instrumento utilizado para identificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), que incluem também pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados e acampados.

Este texto se baseou em artigo que analisa a implementação do PAA no estado de São Paulo (MORUZZI MARQUES; LE MOAL & ANDRADE, 2014). Dois contextos foram considerados: o assentamento Milton Santos, localizado na região metropolitana de Campinas, e os assentamentos Antônio Conselheiro e Margarida Alves, situados na região do Pontal de Paranapanema. Em ambos os casos, a análise focalizou a adesão ao PAA na modalidade “Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea” (DS-PAA).

Associado à noção de multifuncionalidade da agricultura e ao referencial global de desenvolvimento sustentável, o referencial concebido por Catherine Darrot e Guy Durant (2010) de circuitos curtos de proximidade (CCP) permite avaliar o DS-PAA sob uma ótica de sustentabilidade agroalimentar de acordo com quatro pilares: sociedade, meio-ambiente, economia e alimentos.

Estes quatro pilares foram concebidos a partir de motivações de atores engajados em iniciativas inscritas em circuitos curtos de proximidade. O pilar sociedade se refere especialmente ao acesso equilibrado aos alimentos e a solidariedade alimentar. O segundo pilar, meio-ambiente, refere-se à preservação da biodiversidade, da qualidade da água e dos solos e dos recursos naturais de modo geral. O pilar economia diz respeito à promoção da ética, através de transações mais justas e transparentes, além de promover a autonomia dos agricultores em relação ao setor financeiro e industrial, notadamente com aumento do valor agregado embolsado pelos produtores. O último pilar, alimentar, fundamenta-se no aumento da oferta de produtos frescos e saudáveis, livres de contaminantes, aditivos e tratamentos químicos, favorecendo um modo de vida mais saudável. O respeito às tradições locais, a melhoria da saúde pública e o acesso aos alimentos de qualidade para famílias com menor renda também podem ser lembrados neste ponto. De acordo com os autores, a ação pública orientada pelo referencial de CCP se desenvolve de forma heterogênea, podendo se sustentar mais em determinado pilar que em outro.

Sobre as características das localidades estudadas, o assentamento Milton Santos possui 104 hectares, onde vivem 68 famílias cada qual com um hectare. O remanescente da área é destinado à instalação de equipamentos coletivos e à adequação ambiental. Grande parte dessas famílias é oriunda da periferia de Americana, Limeira e Campinas. Porém, são originários de outras regiões do país, tendo vindo para grandes cidades em busca de melhores condições de vida. Como meio de fuga da precariedade, o assentamento é considerado como uma oportunidade de mais segurança para a vida familiar e profissional.

Os assentamentos estudados no Pontal do Paranapanema são o Margarida Alves e Antônio Conselheiro, situados em Mirante do Paranapanema e em Teodoro Sampaio,

respectivamente. O primeiro cobre uma área de 1.203 hectares, abrigando 91 famílias e, o segundo, 1.078 ha e 63 famílias. O assentamento Margarida Alves foi implantado em 2006, contando com infraestrutura básica (com exceção notadamente de abastecimento de água, que não é suficiente para a produção agrícola). O assentamento de Teodoro Sampaio, instalado em 2000, apresenta terrenos mais arborizadas e cultivos de mandioca e café, que contribuem para a diversificação da paisagem. Ambos os assentamentos foram instalados em terras muito erodidas, sobretudo em razão de uso por pastagens degradadas.

A análise dos impactos do PAA sob o ponto de vista dos CCP permitiu desenvolver as seguintes interpretações:

Dimensão Social: no assentamento Milton Santos, os produtos eram predominantemente destinados para as instituições de assistência social da região. Os beneficiários afirmaram receber uma alimentação satisfatória e de qualidade. Uma parte importante destes consumidores conhecia a origem dos alimentos. No caso do Pontal do Paranapanema, a participação no programa gerava uma melhoria na imagem dos assentados na região. Desta forma, graças ao PAA, há uma tendência de reconhecimento do papel das atividades exercidas pelas famílias assentadas em termos de contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável.

Dimensão Ambiental: a participação no DS-PAA favorece a diversificação da produção, contribuindo para alterar os sistemas produtivos dos assentamentos. Principalmente em razão de um preço de 30% acima do alimento cultivado de forma convencional, o programa valoriza produtos orgânicos ou agroecológicos¹, cultivados em sistemas produtivos diversos e complexos, adaptando-se às condições locais.

Dimensão Econômica: no assentamento Milton Santos, o PAA fornecia, quando da realização da pesquisa que resultou no artigo estudado, a principal fonte de remuneração das famílias. Neste período, 82% destas famílias escoavam seus produtos através do programa. Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, trabalhos fora do lote são muito comuns, sobretudo em empregos no setor sucroalcooleiro, principalmente para os jovens. Diante deste quadro, o PAA oferece oportunidades para geração de emprego e renda nos assentamentos. A adesão ao programa também resultou na diminuição da dependência do Programa Bolsa Família, graças a uma renda satisfatória obtida pela venda dos produtos alimentares. Assim, o PAA, gerando renda de atividades produtivas, substituíam benefícios de assistência social.

Dimensão Alimentar: Com o estímulo para diversificação da produção, o PAA cumpre um papel de melhora no plano da alimentação de famílias em estado de insegurança alimentar. Trata-se de uma importante diversificação do consumo alimentar das famílias carentes em meio urbano, com uma cesta de legumes, frutas e verduras.

Em suma, o desenvolvimento do PAA se mostrou eficiente para sua proposta de apoio à agricultura familiar, em particular aquela dos assentamentos, renovando energias e motivações das famílias assentadas. A propósito, as lógicas do DS-PAA inspiraram mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inscritas na Lei nº 11.947/2009. Assim, este último incorpora objetivos de auxiliar no desenvolvimento local a partir do fornecimento de alimentos para as escolas e creches públicas oriundos da agricultura familiar, o que constitui um importante canal de comercialização e geração de renda com regularidade para essas famílias.

Referências bibliográficas

DARROT, Catherine e DURANT, Guy (2010). Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In: TRAVERSAC, Jean-Baptiste. **Circuits**

¹ A propósito, nem todo produto orgânico é agroecológico, apenas são livres de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

courts: contribution au développement régional. Dijon: Educagri éditions.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; MOAL, Marcos Le; ANDRADE, Ana Gianfrancesco. Freire (2014), "Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão". **Ruris**, v. 8, Campinas: UNICAMP, pp. 63-89.